

A TUA VOZ NO MUNICÍPIO
AUTÁRQUICAS 2017

SETÚBAL
PROGRAMA ELEITORAL





Temos um projecto: Setúbal Verde

Setúbal Verde. É esta a visão que o PAN apresenta para os próximos quatro anos e que levará a votos nas Autárquicas 2017. Queremos tornar o nosso concelho num exemplo de **sustentabilidade, esperança, liberdade, compaixão e vitalidade**, características habitualmente associadas à cor predominante da nossa Serra-Mãe.

O conceito não é novo e faz parte do património cultural e da identidade das gentes do Sado. Recorde-se que foi [um apelo de Sebastião da Gama](#) que deu origem à Liga para a Protecção da Natureza, primeira associação ambientalista da Península Ibérica. E foi também aqui que um grupo de jovens criou o [Projecto Setúbal Verde](#), cuja intervenção ecológica alcançou diversas conquistas na região até se fundir com a Quercus, alargando a sua acção para o âmbito nacional.

Com as propostas que apresentamos, pretendemos reavivar essa identidade sadina e partir do seu exemplo para: **construir um futuro sustentável**, em que haja respeito pelo ambiente e pelo bem-estar animal; **desenvolver uma economia local mais vibrante**, fomentando simultaneamente o espírito de comunidade; e **proporcionar melhor qualidade de vida a quem aqui reside**.

Pode parecer utopia, mas, como dizia Howard Zinn, **se agirmos, por mais pequeno que seja o nosso acto, não teremos de aguardar por um futuro utópico**. O futuro é uma sucessão infinita de presentes, e viver agora como acreditamos que os seres humanos devem viver, desafiando tudo o que de mau há à nossa volta, é, em si, uma vitória maravilhosa.

No dia 1 de Outubro, com um pequeno gesto, terás a oportunidade de ajudar a decidir a composição dos órgãos autárquicos para os próximos 4 anos.

Se concordares com as medidas que propomos para o concelho, as quais poderás ir conhecendo abaixo, **vota para tornar o PAN a tua voz no município**.



Apoio social

Sendo um dos objectivos mais ambicionados e perseguidos a nível político, a igualdade social apenas pode ser alcançada mediante a integração de todas as franjas da população, nomeadamente dos munícipes portadores de deficiência e dos idosos, cuja condição requer medidas de apoio social inclusivas específicas e direccionadas à sua realidade.

Neste sentido, e no que concerne aos portadores de deficiência, o PAN propõe-se a:

- Intensificar a fiscalização de operações urbanísticas sujeitas a controlo prévio, assegurando o cumprimento das condições de acessibilidade na construção de equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais.
- **Elaborar um levantamento dos casos em que as acessibilidades deviam ter sido contempladas e não o foram, de modo a corrigir a situação.**
- Criar um subsídio municipal que incentive proprietários e moradores para a adaptação dos edifícios e habitações existentes, tornando-os acessíveis a todos, nomeadamente através da introdução de elevadores, rampas amovíveis e outros equipamentos, de modo a facilitar o quotidiano das pessoas com deficiência e/ou mobilidade condicionada.
- Combater, através de uma maior fiscalização, a ocupação abusiva de lugares reservados à população com mobilidade condicionada.
- Tornar o site da autarquia mais acessível a portadores de deficiências.

No que diz respeito à população idosa, o PAN sustenta que, **sempre que possível, se deve optar pela permanência da pessoa idosa, mesmo que dependente, na sua habitação,** espaço com o qual se familiarizou ao longo do tempo.

Para concretizar esta medida, sugere-se que:

- Seja criado um **Plano Municipal de Envelhecimento em Casa ou Plano Gerontológico Municipal.**
- O município assumira um papel mais dinamizador na Rede de Cuidados Continuados Integrados, em colaboração com as Juntas de Freguesia, associações locais e

administração central, nomeadamente a Segurança Social e o Serviço Nacional de Saúde, beneficiando para isso de estruturas já existentes, como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), e dinamizando equipas multidisciplinares de apoio aos idosos dependentes.

- A autarquia invista em campanhas de sensibilização sobre a co-responsabilidade da comunidade no apoio e cuidado a pessoas dependentes, promovendo o voluntariado nesta área.
- Seja criado um **serviço de apoio a pessoas idosas em situação de carência e que vivam sós, ou com menores e/ou animais**, no âmbito do qual pequenas reparações domésticas e entregas domiciliárias tenham lugar gratuitamente através de protocolos com empresas.

Nos casos em que a permanência da pessoa idosa na sua habitação não se mostre de todo possível, é essencial disponibilizar opções que proporcionem qualidade de vida a quem se encontra na referida condição, nomeadamente:

- Seja concebido um **conjunto diversificado de residências com um valor de renda definido mediante os rendimentos mensais de cada pessoa e com distintos graus de assistência e que inclua a possibilidade de levarem o seu animal de companhia**, seguindo modelos como:
 - “repúblicas”, modelo já experimentado noutros países, como no Brasil e Espanha e no qual os residentes têm total liberdade de movimentos, podendo partilhar as tarefas entre si ou ter apoio externo.
 - residências com tipologia T1, serviço de apoio permanente e assistência completa a nível da alimentação, higiene pessoal, serviços de limpeza do espaço e de roupas e suporte médico, mediante protocolos com IPSS ou outras instituições na área da assistência social.
 - unidades residenciais assistidas, destinadas a idosos que necessitem de alojamento temporário assistido por um curto período de tempo, sendo aqui o funcionamento assegurado por protocolos com IPSS ou outras instituições na área da assistência social.



Arrábida

A Arrábida é um dos ex-libris de Setúbal, a par do estuário do Sado, razão pela qual merece uma atenção especial no programa do PAN. Além da beleza natural, do património cultural e da biodiversidade que a serra contém, é também nela que se situam as praias do concelho, cuja gestão está, desde este ano, a cargo do município.

Assim, e de modo a proteger a Arrábida e a mantê-la o mais preservada possível para as gerações futuras, o PAN propõe as seguintes medidas:

- **Diversificar os acessos à serra e às praias** através de transportes públicos rodoviários mais regulares na época balnear, com **carreiras a partir de Setúbal e de Azeitão**, bem como a partir dos parques de estacionamento da Secil e do Creiro. Assim será possível **diminuir a pressão do tráfego automóvel**.
- Criar pontões que permitam a atracagem de embarcações perto do parque de estacionamento da Secil e das praias (Figueirinha, Galápos/Galapinhos e Portinho da Arrábida).
- Dar a **embarcações de transporte colectivo movidas a energias renováveis, como a solar ou a eólica**, acesso privilegiado, se não mesmo exclusivo, aos pontões, de modo a perturbar o mínimo possível a vida subaquática no Parque Marinho Prof. Luiz Saldanha e no estuário.
- Criar e divulgar **percursos pedestres e cicláveis seguros** que liguem as duas grandes áreas urbanas do concelho (Azeitão e Setúbal) aos principais espaços de lazer da serra e às praias.
- Efectuar, durante a época balnear, campanhas frequentes de combate ao estacionamento abusivo nas estradas da Arrábida.
- Estudar, com abertura aos contributos da população, a interdição do trânsito automóvel particular na secção de estrada entre o Outão e o Creiro (com excepção dos residentes e das cargas e descargas para os equipamentos de apoio às praias).
- Criar uma entrada e uma saída do Portinho da Arrábida, essencial em caso de necessidade de circulação de veículos de emergência.

- Em conjunto com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), divulgar o conteúdo essencial dos planos de ordenamento e de protecção das áreas naturais do concelho, usando uma linguagem clara e acessível.

Especificamente relacionadas com a Arrábida, fazem parte das nossas [propostas de Protecção e Bem-estar Animal](#) as seguintes medidas:

- Trabalhar com o Parque Natural da Arrábida no sentido de **controlar eventuais excessos populacionais de javalis no concelho, investindo na esterilização das javalinas** e não na promoção da caça a esta espécie.
- Criar um selo de bem-estar animal a atribuir aos produtores de queijo do concelho, nomeadamente do Queijo de Azeitão, que cumpram um conjunto de critérios de bem-estar dos animais cujo leite é utilizado para a sua confecção.



Combate ao desperdício

Mais do que um objectivo a implementar, o combate ao desperdício é uma demanda, uma tarefa a ser levada a cabo diariamente pelas entidades públicas e privadas e pelos cidadãos.

O PAN defende que uma autarquia, enquanto gestora do espaço público, deve promover, em simultâneo, medidas de sensibilização e medidas de acção para fazer face a diferentes tipos de desperdício, obtendo assim uma maior eficiência a vários níveis.

No que toca aos objectos e alimentos, o PAN considera essencial:

- **Apoiar o desenvolvimento de projectos de combate ao desperdício de objectos**, como o [GARRRBAGE](#), e estudar formas de aplicar o conceito à escala do município.
- **Apoiar o desenvolvimento de projectos de combate ao desperdício de bens alimentares**, como o [Refood Setúbal](#), e estudar formas de aplicar o conceito à escala do município, nomeadamente através de uma gestão mais eficaz, solidária e ecológica das cantinas e dos refeitórios municipais e escolares.

- Incentivar o conceito de loja de “empréstimos”, baseado não na falta de poder económico mas na consciência de que os recursos não são infinitos e é imperioso reutilizar.
- Incentivar as oficinas de arranjos, diminuindo o custo final das reparações e estimulando a criação de postos de trabalho e a reutilização de produtos.
- Disponibilizar, para os dois objectivos acima, espaços municipais com rendas acessíveis, ou até gratuitas, por tempo a determinar aquando da apresentação do projecto.
- Promover a compostagem de restos alimentares e de jardim para uso em solos agrícolas do concelho.
- Reforçar o número de oleões no concelho e divulgar de forma mais eficaz a sua presença e utilidade.
- Implementar, em parceria com empresas do sector das embalagens e do sector alimentar, **um projecto que retome o conceito de tara recuperável**, incentivando a reciclagem de latas de alumínio e garrafas de plástico ou vidro em troca de roazes, a [moeda local de Setúbal](#).
- Promover a substituição de copos, talheres e pratos de plástico por alternativas ecológicas tanto nos serviços da autarquia ou que se encontrem sob a sua gestão como no âmbito de serviços concessionados ou patrocinados pelos órgãos autárquicos (por exemplo: festivais, feiras, mercados, festas populares, eventos desportivos).

Descarbonizar a economia é um dos grandes desafios que a região, o país e o mundo têm pela frente. Para lhe darmos resposta, é essencial um maior esforço colectivo de eficiência energética e, simultaneamente, a recusa da ilusão de que podemos ganhar imenso dinheiro e criar muitos postos de trabalho se nos dedicarmos a actividades como a prospecção e a exploração de petróleo e gás natural na nossa costa.

Como **signatária do compromisso #Tiraralimpo**, esta candidatura do PAN opõe-se firmemente a tais actividades e compromete-se a complementar essa recusa com a defesa e a promoção de alternativas renováveis, as quais têm, inclusivamente, um historial na nossa região. Por exemplo, foi uma empresa do concelho que desenvolveu, há várias décadas, soluções solares para os telefones de emergência nas auto-estradas.

Por isso, no que à energia diz respeito, o PAN defende a necessidade de:

- **Melhorar a poupança de energia e a eficiência energética nos edifícios públicos e nas infra-estruturas de transportes**, aproveitando os apoios disponibilizados pelo Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética e por outros fundos.
- Encontrar soluções de iluminação pública mais eficientes e, de preferência, assentes em fontes renováveis.

- Substituir gradualmente a frota municipal a gasóleo por uma frota eléctrica, híbrida ou a ar comprimido (reduzindo os gases nocivos e as partículas inaláveis, bem como o ruído).
- Criar soluções que evitem que o tráfego particular afecte o desempenho e a eficácia do transporte colectivo nas principais artérias.
- Promover a difusão de conhecimentos sobre energias renováveis, autonomia energética e sistemas off-grid.
- **Promover campanhas para reduzir ou eliminar o consumo de plásticos de origem petrolífera.**
- Criar incentivos para que os privados (investidores e particulares) instalem unidades de produção de energias renováveis, nomeadamente através da diminuição das taxas de licenciamento e apoio técnico.
- Implementar equipamentos de produção local de energia renovável para autoconsumo (fotovoltaico e eólico) nos edifícios públicos, através da aplicação dos critérios europeus de compras públicas ecológicas.
- Promover acções de sensibilização a funcionários da autarquia e à população em geral, com especial relevância nas escolas, focando as boas práticas para a redução de consumos energéticos em todos os edifícios públicos.

Propomos ainda a criação de **condições para fixar profissionais de excelência ou promissores em Setúbal**, de modo a que estes não sejam obrigados a procurar oportunidades de trabalho fora do concelho.

No que concerne ao combate ao desperdício de dinheiro, além das poupanças económicas possibilitadas por tudo o que foi indicado acima, o PAN pretende:

- Proceder à **gradual substituição, sempre que possível, de software pago por software livre e aberto**, para uma utilização mais racional dos recursos.
- Instituir [orçamentos participativos](#).
- **Planear melhor os grandes investimentos da autarquia** e outras [medidas na área da economia](#).

E, não sendo encaixável nestas categorias, mas sendo fundamental à vida, defendemos que se desenvolvam campanhas para promover o consumo de água da torneira, em detrimento da água engarrafada, e a partilha de boas práticas de prevenção do desperdício de água e de reutilização de águas pluviais.



Cultura

Contributo indispensável para o enriquecimento do espírito humano, a vida cultural é, a par da beleza paisagística e de uma gastronomia apelativa, o maior atractivo de uma região. Dispondo o concelho de Setúbal de qualquer das três, a primeira pode, contudo, ser objecto de um reforço de investimento, com vista à sua diversificação e a um maior impacto (no) público.

Assim, para **promover uma cultura assente em valores de sustentabilidade, liberdade, compaixão, vitalidade e esperança**, o PAN defende:

- A transformação da Praça de Touros Carlos Relvas num espaço cultural multíusos, no qual não voltem a ocorrer actividades tauromáquicas ou similares.
- Um incremento das condições dos espaços culturais do concelho, para que sejam mais confortáveis, acusticamente melhores e, se possível, mais polivalentes.
- Que, em articulação com as escolas, **os jovens sejam informados** de forma regular e directa acerca da programação cultural do concelho e **auscultados acerca de iniciativas culturais** que gostariam de organizar com a autarquia e/ou com os agentes culturais.
- A criação de condições de acolhimento e trabalho para profissionais das indústrias culturais.

Defendemos ainda que o município trabalhe em conjunto com os agentes culturais do concelho e o Conselho de Mecenias com vista a:

- Promover um novo evento internacional na área da sétima arte, de modo a colmatar o vazio deixado pelo fim do Festroia – Festival Internacional de Cinema de Setúbal.
- **Reforçar o apoio ao Festival Internacional de Teatro de Setúbal**, como forma de reconhecimento pela qualidade demonstrada ao longo dos anos.
- Apoiar programas de itinerância das companhias teatrais e de dança do concelho, para que levem mais longe o nome de Setúbal.

- Repensar a Feira do Livro anual e/ou ponderar a criação de um festival literário, aproveitando o facto de Setúbal ser terra de conhecidos vultos da literatura nacional.
- Procurar parceiros para a **criação de um grande evento na área da moda ética e sustentável**.
- Apoiar novas ideias culturais que contribuam para um mundo mais sustentável e compassivo.

Defendemos ainda que as iniciativas **Setúbal Mais Bonita e Azeitão Mais Bonita** passem a ser mais do que uma acção de embelezamento urbano, **desafiando a população a difundir**, através das paredes e muros a recuperar, **o património histórico e cultural do nosso concelho**. Assim, haverá uma valorização turística da região através do contributo activo e voluntário da população.



Economia

Uma das principais funções de uma autarquia é a gestão de recursos finitos, sejam eles financeiros, materiais ou humanos, motivo pelo qual a economia desempenha um papel fundamental nas políticas municipais.

Em 2013, quando concorreremos pela primeira vez à Câmara de Setúbal, defendemos a **criação de uma moeda local**. Assim, tal como o euro é a moeda da Europa, o roaz seria a moeda de Setúbal. Porquê? Porque o nome da moeda está intimamente ligado a questões identitárias e o estuário do Sado é o único local de Portugal Continental onde existe uma comunidade residente de roazes-corvineiros (*Tursiops truncatus*).

Entretanto, Portugal tem vindo a despertar para as moedas locais e há experiências interessantes que ligam as moedas locais a projectos eco-sociais, promovendo hábitos de reciclagem ao mesmo tempo que aumentam a educação económica da população em geral.

Para facilitar a sua aceitação, compreensão e utilização por parte dos munícipes, **o roaz** teria um valor nominal idêntico ao do euro. Na nossa opinião, esta moeda **seria**

fundamental para dinamizar a economia local, reduzir a pegada ecológica, fortalecer o espírito de comunidade e, caso haja vontade política, **diminuir impostos**.

Um instrumento como o roaz permitiria baixar o IMI independentemente do conteúdo do contrato de reequilíbrio financeiro assinado entre a autarquia e a administração central. Bastaria devolver parte do pagamento do IMI à população em roazes, sob a forma de incentivo ao comércio e ao consumo locais. Esta seria uma excelente medida de popularização do roaz, pois iria divulgar a moeda local junto de grande parte da população e levaria mais empresas e prestadores de serviços do concelho a adoptá-lo.

Além do roaz, defendemos a **adopção**, a breve trecho, **de uma economia solidária, circular, local e sustentável**, aproveitando os fundos europeus de apoio à economia circular e outras estratégias para o desenvolvimento regional da UE. Todavia, e porque a elaboração de candidaturas a dinheiros comunitários é algo complexa, é essencial:

- Capacitar funcionários com as competências necessárias para desempenhar as funções de apoio e esclarecimento relativas às candidaturas comunitárias.
- Criar, no portal da Câmara Municipal, uma página integrada exclusiva para esta matéria, associada uma linha telefónica e a um endereço de correio eletrónico.
- Caso a procura o justifique, criar um balcão de atendimento.

O PAN considera também essencial:

- Pôr em prática medidas de [combate ao desperdício](#).
- **Revitalizar os mercados municipais**, introduzindo novas valências e **fomentando a distribuição e o consumo de produtos locais e regionais, de preferência sazonais e biológicos**, para dinamizar a produção e a economia locais enquanto se diminui a pegada ecológica.
- Criar condições para que o Centro Histórico seja uma área atractiva para quem a visita e de fácil acesso. Uma medida sem grandes custos que propomos é a criação de “algunhas” e símbolos para as ruas da baixa, transformando, por exemplo, a Arronches Junqueiro na “Rua das Artes”, para que residentes e visitantes saibam rapidamente o que podem encontrar por lá. No fundo, pretendemos recuperar o marketing usado eficazmente na sua época em ruas como a dos Ourives (Dr. Paula Borba), a dos Sapateiros (Augusto Cardoso) ou a dos Caldeireiros (Álvaro Castelões).
- Criar programas de incentivo ao empreendedorismo social, procurando estimular a implementação de modelos de negócios capazes de repensar o território e de definir prioridades que contribuam para o desenvolvimento das comunidades locais.
- Contribuir para desenvolver uma plataforma que fomente o trabalho conjunto de associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras entidades que prossigam fins de interesse público municipal no âmbito dos direitos humanos, da acção social, da defesa ambiental, da protecção animal ou do desenvolvimento cultural.

- **Tornar a autarquia num exemplo de boas práticas laborais**, combatendo a precarização dos vínculos de trabalho através da contratação de pessoas que, reconhecidamente, exerçam uma função de modo permanente há mais de três anos nos serviços da autarquia, nos órgãos representativos das autarquias e nos serviços da administração autárquica ou que se encontrem sob a sua gestão.
- Declarar o município de Setúbal livre de TTIP, CETA e TISA, como tomada de posição simbólica em prol do planeta, da saúde, da segurança alimentar e dos direitos sociais de quem trabalha.
- **Planear melhor os grandes investimentos da autarquia**, de modo a que não se repita o que aconteceu com a Praça de Touros Carlos Relvas. *

* Em 2011, quando o imóvel se encontrava degradado e o mercado imobiliário estava em baixa, a autarquia optou por apoiar a recuperação do espaço através de uma parceria com a empresa tauromáquica Aplaudir, atribuindo um subsídio de 120 mil euros distribuídos ao longo de seis anos (20 mil euros por ano). Terminado o pagamento do subsídio, a Câmara Municipal comprou a Praça de Touros por mais de 1 milhão de euros, com vista a transformá-la num espaço multiusos - o que exigirá obras de adaptação, cujos valores são ainda desconhecidos. Não teria sido mais eficaz ter comprado o espaço por um preço mais em conta e remodelá-lo em seguida?



Educação

Educar para a defesa do ambiente e para a sustentabilidade promove a mudança de atitudes e de comportamentos face à natureza e a todos os seres vivos, explica a necessidade de alterar padrões de consumo e prepara as crianças e jovens para uma cidadania informada.

O PAN defende:

- A definição de um **Programa Municipal de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, que preveja, entre outras acções:

- A introdução de uma disciplina de Literacia Ambiental nas escolas, desde o ensino pré-escolar, com o objectivo de alterar comportamentos de consumo e salvaguardar o património natural, respeitando as características naturais dos ecossistemas;
- A criação de actividades lúdico-pedagógicas nas temáticas da Cidadania, da Água, dos Ecossistemas, dos Resíduos, do Desenvolvimento Sustentável, da Alimentação, da Mobilidade Sustentável, da Energia, da Natureza, dos Animais, da Biodiversidade, destinadas a escolas públicas e privadas, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, e também para as famílias;
- A realização de acções de educação e sensibilização que fomentem o conhecimento das espécies existentes, a preservação dos habitats e a sua relevância para o equilíbrio dos ecossistemas. Estas acções devem ter como públicos alvo tanto a comunidade escolar, como a população em geral.
- A criação de **programas de educação emocional e para a não-violência nas escolas**, que ajudem as crianças, jovens e famílias a conhecer melhor as suas emoções e a lidar com elas.
- A introdução de práticas de mindfulness (atenção plena) e yoga nas escolas.
- Promover novos modelos educativos nas escolas do concelho, para que práticas pedagógicas alternativas possam ser testadas, em consonância com a vontade da comunidade escolar.
- **A existência de horas anuais pedagógicas**, desde a pré-primária, **para acções cívicas e ambientais das escolas** no seu território, com vista a uma cidadania jovem mais activa.
- Durante a época das férias escolares, a autarquia deve promover o funcionamento de ateliers de tempos livres para crianças e jovens, associando programas de lazer a acções de solidariedade, ligadas ao voluntariado em áreas como a protecção da natureza, dos animais e o apoio a idosos.

Defendemos ainda uma melhoria das condições das escolas do concelho, a nível de infra-estruturas, e a **criação dos serviços de transporte escolar TRIBO** (Transportes Regulares para a Instrução Básica Oficial) e **STRESS** (Sistema de Transportes Regulares para o Ensino Secundário e Superior), **para criar hábitos de uso de transporte público, facilitar a vida das famílias e descongestionar as entradas das escolas nas horas mais críticas.**



Espaços Verdes e Agricultura

O mundo vive um momento de decréscimo da biodiversidade e do património natural. Por isso, o poder local e a população devem chamar a si a responsabilidade de promover a sua conservação, de forma a inverter esta tendência.

Os estudos apontam para a clara necessidade de incrementar as áreas verdes dentro das áreas urbanas, ligando os espaços fragmentados espalhados pela cidade através dos denominados “corredores ecológicos”.

Os corredores ecológicos trazem benefícios ambientais, culturais e sociais: promovem a ventilação urbana, o arrefecimento do ar, o aumento da biodiversidade, a dispersão da fauna e flora na paisagem urbana, a melhoria da qualidade ambiental, a redução da vulnerabilidade às ondas de calor e às inundações e a mitigação da poluição do ar; criam áreas de recreio, desporto e passeio; e permitem a jardinagem e as actividades agrícolas comunitárias.

Assim, o PAN:

- Considera **prioritária a execução de corredores ecológicos**, devendo o seu planeamento ser acautelado em todas as áreas novas da cidade. Devem também ser estudados e executados nas áreas urbanas consolidadas.
- Considera essencial serem pensadas ligações verdes, por cima ou por baixo das infraestruturas rodoviárias, garantindo a continuidade dos corredores ecológicos.
- Defende a **identificação e sinalização dos locais mais críticos em termos de sinistralidade da vida animal e de fauna autóctone**.
- Defende a análise das áreas fragmentadas da cidade, criando manchas verdes entre edifícios e estradas (quando com área suficiente para serem sustentáveis e passíveis de serem utilizados pela população).
- Propõe que a lavagem do espaço público passe a ser feita com detergentes biodegradáveis.

- Entende que **a autarquia deve incentivar as coberturas e fachadas verdes** e a protecção de logradouros não impermeabilizados.
- Propõe renaturalizar as áreas degradadas e muitas vezes abandonadas.

O PAN propõe-se ainda a:

- Incluir nos planos de arborização do território local árvores de frutos comestíveis, não só porque podem auxiliar na alimentação das camadas mais carentes da população, como por contribuírem para a preservação da biodiversidade.
- **Repensar os procedimentos para abate de árvores**, pois o património arbóreo de cada município é único, demora anos a crescer e deve ser respeitado. **O abate de qualquer árvore ou conjunto de espécies arbóreas deve ser precedido não só de um parecer técnico que o justifique, mas também de uma informação aos cidadãos.** Esta comunicação à população deverá ser feita, com trinta dias de antecedência, no site da autarquia e através da afixação de placas informativas no local em que cada árvore será abatida.
- Aumentar o investimento na criação de novos espaços verdes, mas também na manutenção e reabilitação dos já existentes.
- Garantir, na análise dos loteamentos, que os espaços verdes previstos têm áreas sustentáveis e com dimensão para serem de facto utilizados.
- **Criar zonas protegidas para colmeias.** Esta estratégia deve ter como guia padrões nacionais de conservação da biodiversidade e não deve ser usada para fins económicos ou comerciais.

Por fim, no que à agricultura diz respeito, defendemos que se deve:

- Proporcionar formação, aos munícipes e aos funcionários, sobre os princípios e práticas permaculturais, para aplicação nas hortas urbanas e nos espaços verdes da autarquia.
- **Criar um serviço municipal de compostagem**, responsável pela implementação de centros de compostagem em diversos locais do município (ex.: hortas comunitárias e escolas), bem como pela fiscalização e garantia do seu correcto funcionamento.
- Criar um portal específico sobre as hortas urbanas do concelho, promovendo uma rede de troca de conhecimentos e até de sementes e outros produtos e materiais, bem como encontros entre os usufrutuários de hortas.
- Levar a cabo nas escolas campanhas de sensibilização que relacionem os graves problemas ambientais que enfrentamos com a necessidade de garantirmos a nossa soberania alimentar.
- **Fomentar a agricultura biológica e disponibilizar um espaço mais central para o Mercado Agrobio** que, actualmente, tem lugar às quintas, das 11h00 às 16h30, no Quebedo.

- Controlar plantas infestantes usando meios de combate manuais, térmicos, mecânicos, biológicos ou culturais e/ou produtos com o menor risco possível para a saúde humana, animal e ambiental, caso dos produtos certificados para utilização em agricultura biológica.
- **Declarar o município como uma "Autarquia Sem Glifosato"**, aderindo à iniciativa desenvolvida pela [Quercus](#) e a [Plataforma Transgénicos Fora](#).



Habitação

Acreditamos verdadeiramente que é possível dar uma vida digna a todos que habitam o concelho sem necessidade de aumentar o perímetro da cidade.

Para tal, é essencial reverter áreas degradadas em novas habitações ou espaços de comércio e serviços. Por exemplo, se houver menos casas devolutas e mais pessoas a viver no centro histórico, este torna-se mais seguro.

Também não temos dúvida de que as cidades produtivas do futuro serão aquelas em que os territórios vulneráveis se tornam bairros vibrantes, completamente integrados no tecido urbano, deixando de ser ilhas.

Medidas que o PAN propõe:

- Reabilitar o parque habitacional devoluto pertencente à autarquia.
- Melhorar o parque habitacional existente através de programas de reabilitação dos edifícios, envolvendo os residentes em medidas pontuais.
- Replicar o programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade" noutros bairros do concelho, tendo em conta os resultados positivos obtidos com a experiência nos cinco bairros abrangidos (Forte, Alameda, Bela Vista, Quinta de Santo António e Manteigadas).
- Acompanhar e fiscalizar de modo adequado a situação das habitações: estado de conservação, ocupações ilegais, falta de cumprimento das obrigações, entre outras.



Mobilidade

Em linha com o [Pacto de Amesterdão](#), o PAN defende um modelo de mobilidade urbana que privilegia a utilização dos transportes públicos, os meios de mobilidade suave, a partilha de veículos e a utilização de energias renováveis, libertando o espaço urbano para espaços verdes, de lazer e de convívio.

Consideramos que a autarquia deve pensar a sua estratégia urbana no sentido de manter as áreas urbanas compactas, reduzir a velocidade dos automóveis no seu interior, conceber as ruas prioritariamente para as pessoas e não para os veículos particulares, e investir em transportes públicos seguros, acessíveis e convenientes.

Nesse sentido, o PAN propõe as seguintes medidas:

- **Efectuar, até ao final de 2017, um inquérito aos hábitos e expectativas de mobilidade dos residentes** no concelho, o qual serviria para, entre outros objectivos, adequar a resposta do sistema de transportes públicos às necessidades dos munícipes.
- Fortalecer as redes de transportes públicos, estruturando-as e articulando-as a nível supramunicipal.
- Adaptar os circuitos dos transportes públicos à procura, tendo por base o referido inquérito, bem como situações já identificadas (ex: necessidade de uma carreira que ligue a zona da Bela Vista e Manteigadas ao Posto de Saúde de Vale de Cobro).
- Renovar de forma sistemática a frota a gasóleo e substituí-la por frota eléctrica, híbrida ou a ar comprimido (reduzindo os gases nocivos e partículas inaláveis, bem como o ruído).
- Criar soluções que evitem que o tráfego particular afecte o desempenho e a eficácia do transporte colectivo nas principais artérias.
- Adaptar a rede de transporte público, dando prioridade ao acesso a escolas, hospitais e serviços públicos relevantes.

- **Criar os serviços TRIBO** - Transportes Regulares para a Instrução Básica Oficial (1.º ao 9.º ano) e **STRESS** - Sistema de Transportes Regulares para o Ensino Secundário e Superior (10º ano em diante), como forma de **incentivar os mais novos a utilizarem transportes públicos e reduzir o congestionamento junto às escolas.**
- Criar passes familiares para as famílias numerosas.
- Aumentar a percentagem de desconto nos passes para pessoas idosas e/ou reformados, abrangendo a totalidade da rede de transportes colectivos da área metropolitana, promovendo assim um envelhecimento activo.
- Promover, junto da Área Metropolitana, a **alteração das regras dos transportes públicos, passando a permitir o transporte de animais de companhia de médio e grande porte**, desde que com os meios de contenção legalmente previstos para a sua circulação na via e demais lugares públicos: transportadora, trela e/ou açaimo.
- Isentar ou reduzir o pagamento de bilhete dos animais em função das condições socioeconómicas das pessoas detentoras e do porte do animal.
- Disponibilizar aos utentes informação relativa a: total de animais de companhia permitido por veículo e por passageiro, períodos diários em que o transporte de animais de companhia não é permitido, preço do transporte do animal, local onde as pessoas interessadas podem obter informações relativas ao transporte de animais.

Propomos ainda que se:

- Promovam campanhas de **tolerância zero a estacionamento irregulares** (em passeiras, em cima de passeios, nas ciclovias e em segunda fila).
- Criem – nas principais vias de acesso à cidade e junto aos futuros terminais multimodais – parques de estacionamento com pagamento integrado nos passes de transporte.
- Efectuem campanhas de sensibilização que alertem para os perigos da velocidade, do uso do telemóvel ao volante e do consumo de álcool e substâncias psicotrópicas, bem como para a necessidade de prestar assistência a animais atropelados.

Para promover uma **mobilidade consciente**, defendemos igualmente um aumento de alternativas cicláveis e pedonais seguras. Eis as nossas propostas:

- **Criar as BUTeS – Bicicletas de Utilização Temporária de Setúbal**, um sistema de bicicletas partilhadas com estações em vários pontos do município (a rede, a implementar gradualmente, poderá incluir: Campus do IPS, ES D. Manuel Martins, ES Bela Vista, ES D. João II, Monte Belo Norte, CC Alegro, Hospital, Estação da CP, ES Sebastião da Gama, Estádio do Bonfim, Jardim do Quebedo, Cais 3, Praça do Bocage, ES Lima de Freitas, PUA, Albarquel, Comenda, Figueirinha, Galápos, Galapinhos, Portinho da Arrábida, Parque Ambiental do Alambre, Azeitão Bacalhã Parque) apoiado por um sistema com georreferenciação e pré-registo de utilizadores.

- Integrar as vias cicláveis em redes alargadas, permitindo a existência de percursos de maior distância, intermunicipais e regionais, com a devida sinalização.
- Analisar e avaliar as soluções de ciclovias já implementadas, detectando os eventuais black spots.
- Evitar as ciclovias em cima dos passeios e convidar especialistas na matéria e grupos formais e informais de utilizadores de bicicletas (ex: [MUBi](#), [Setúbal de Bicicleta](#)) para participarem na discussão e validação de soluções de mobilidade.
- **Criar lugares de estacionamento de bicicletas seguros** (de preferência com circuito filmado) perto de terminais de transporte, em todos os jardins públicos e praias, à entrada de todos os estabelecimentos de ensino públicos, com número de lugares dependente da dimensão do equipamento em causa.
- Criar uma regra para que todos os estacionamentos pagos (empresas, centros comerciais, etc.) sejam obrigados a ter uma área para estacionamento de bicicletas correspondente a 10% do número de vagas do estacionamento automóvel (se o estacionamento tem 500 vagas para carros, será obrigado a ter 50 vagas para bicicletas).
- Das propostas constantes do [CiclAndo - Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves 2013-2020](#), comprometemo-nos a implementar medidas dos seguintes programas: “Bicicleta amiga do TP”, “Circular com qualidade e segurança”, “Infraestruturar para os modos suaves”, “Incentivar a bicicleta”, “Educar para os modos suaves” e “Organizar e comunicar”.
- Reduzir para 30km/h a velocidade máxima na Avenida 5 de Outubro e na Avenida José Mourinho, de modo a criar áreas de co-existência que tornem estas artérias mais seguras para peões e ciclistas.
- Promover o **levantamento e correcção das situações de “vazio” nos percursos pedonais entre zonas da cidade** (ex: Vale Ana Gomes até à Zona Comercial do Monte Belo Norte; Rua da Manteigada até ao Mercado da Confeiteira; EN252, da Varzinha até São Gabriel; Estrada do Forte de São Filipe; inúmeros percursos de uso comum nas freguesias rurais);
- Reforço do número de bebedouros e instalações sanitárias públicas.
- Incluir a informação sobre os percursos pedonais do concelho, com a sinalização dos pontos mais interessantes e dos bebedouros e instalações sanitárias públicas, no site visitsetubal.com.pt e colocar mapas acerca dos mesmos em diversos locais do concelho.



Protecção e bem-estar animal

As políticas públicas municipais devem revestir-se de um fundo ético-humanitário que não pode ser alheio ao respeito pela vida animal, nomeadamente em relação aos animais que conosco partilham a Terra.

Assim sendo, através da sua acção a nível municipal, o PAN procurará:

- Criar um **Hospital Público Veterinário** (ou um Centro de Atendimento Permanente), **associado ao Centro de Recolha Oficial**, destinado a animais errantes, abandonados ou detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade socioeconómica, que não tenham por isso capacidade de lhes assegurar cuidados de saúde.
- Ampliar, adaptar e modernizar o Centro de Recolha de Oficial, de modo a incluir espaços adequados ao alojamento e recuperação de animais de grande porte (ex.: equídeos).
- Criar o Provedor Municipal dos Animais, o qual deve actuar com autonomia e independência, de forma apolítica e apartidária, tendo por missão zelar pelos direitos e interesses dos animais da cidade. A esta figura devem ser assegurados todos os meios que lhe permitam exercer a tempo inteiro as suas funções.
- Promover a criação de um Observatório Municipal de Bem-estar Animal, coordenado pelo Provedor Municipal dos Animais, convidando a sociedade civil, as instituições públicas e os munícipes a tomarem parte do mesmo.
- **Adoptar um Regulamento Municipal de Protecção, Saúde e Bem-estar Animal que abranja animais de companhia, de quinta e selvagens** e adopte princípios de precaução contra actos que lhes inflijam sofrimento físico ou psíquico. O produto das coimas decorrentes da aplicação do Regulamento – bem como das taxas municipais relacionadas com esta matéria –, devem reverter para **um Fundo Municipal de Intervenção Animal**, criado pela câmara e destinado à melhoria das condições dos animais da cidade.

Por uma questão ético-humanitária, mas também de saúde pública e animal, procuraremos proceder à alteração dos regulamentos ou posturas municipais que proíbam a alimentação de animais no espaço público, permitindo que os elementos das colónias controladas ao abrigo do programa CED sejam alimentados com comida adequada à espécie em locais definidos para o efeito e cuja salubridade deve ser assegurada por cuidadores identificados.

O PAN propõe-se também:

- **Criar mais parques caninos nas diferentes freguesias**, integrados em espaços de lazer já existentes ou zonas verdes e constituídos por uma área vedada e obstáculos, de modo a que os cães corram e brinquem em segurança. Proporciona-se assim o seu exercício e socialização e promove-se a convivência entre os seus detentores. Os equipamentos devem ainda integrar bebedouros para pessoas e animais e dispensadores de sacos para recolha de dejetos caninos, bem como caixotes para a sua deposição.
- Dar resposta à problemática do aumento de colónias de gatos silvestres e assilvestrados, através do aprofundamento do programa CED – Capturar, Esterilizar e Devolver, através de acções regulares (e até massivas) de esterilização destes animais e de sensibilização dos munícipes para os benefícios do controlo da população animal por meio destes programas.
- **Criar colónias oficiais de gatos de rua**, com espaços de alimentação próprios e placas que informem a população para a importância da presença destes animais no espaço público e para a necessidade de os proteger de agressões, com indicação dos contactos das autoridades às quais se deve recorrer legalmente para denunciar abusos.
- Realizar campanhas de esterilização anual (abrangendo os animais de companhia detidos por munícipes com comprovadas dificuldades financeiras e os animais errantes ou abandonados do concelho, inclusive os que se encontrem à guarda ou sob a responsabilidade das associações zoófilas) e de sensibilização da população para os benefícios da esterilização, com vista a prevenir o abandono e a reprodução descontrolada de animais de companhia.
- Realizar campanhas de sensibilização para uma adopção responsável de animais, assegurando a existência de protocolos e termos de adopção que incluam uma avaliação prévia dos potenciais adoptantes dos animais alojados no Centro de Recolha Oficial e mecanismos de apoio e acompanhamento pós-adopção, com vista a reduzir o risco de devolução ou novo abandono.
- Promover a realização de **acções de educação e sensibilização** da população – em particular das crianças e jovens nas escolas – **contra o abandono e os maus-tratos e em prol de uma detenção responsável** de animais de companhia e do respeito pela vida animal.

- Isentar do pagamento das taxas do registo os animais esterilizados e adoptados oficialmente.
- Desmaterializar o registo e licenciamento de animais de companhia nas Juntas de Freguesia.
- Realizar novas campanhas de sensibilização sobre a “Recolha de Dejectos Caninos”.
- **Adquirir veículos de emergência e socorro que permitam o transporte de animais**, designadamente os que tenham sido atropelados ou que precisem de ser transportados para clínicas veterinárias e os seus detentores não disponham de meios de deslocação próprios. A medida deve incluir a **formação dos bombeiros ou dos técnicos responsáveis pela recolha em primeiros-socorros e cuidados básicos a animais**.
- Assegurar a realização de acções de formação contínua, nomeadamente em matéria de legislação, saúde, bem-estar e adequado maneo animal, para os colaboradores com a responsabilidade nesta área.
- Criar uma plataforma online, integrada com os serviços municipais, que permita identificar os animais abandonados ou perdidos na via pública, proceder à sua georreferenciação e identificação fotográfica e informar os munícipes da resolução do pedido de recolha do animal. As bases de dados de animais que se encontrem disponíveis para adopção devem igualmente ser dinamizadas e integradas com as redes sociais.

É igualmente importante **salvaguardar a interacção de animais com determinados grupos populacionais, por forma a combater fenómenos como a solidão e o isolamento**. Nesse sentido, o PAN defende que é necessário:

- Criar programas de apoio aos animais detidos por pessoas em situação de especial vulnerabilidade ou sem-abrigo, geridos pela autarquia ou em parceria com as associações zoófilas, que permitam assegurar a alimentação dos animais e a prestação de cuidados básicos, como a vacinação e os cuidados de saúde e de higiene.
- Assegurar a revisão dos Planos de Contingência Municipal, nomeadamente contra o frio e de protecção civil, com vista à inclusão dos animais de pessoas sem-abrigo e ao seu acesso aos espaços existentes para estes cidadãos, sejam de acolhimento temporário ou casas-abrigo.
- Promover a realização de acções de apoio social aos animais de pessoas idosas, combatendo, por um lado, o isolamento dos detentores e, por outro, as dificuldades muitas vezes sentidas por esta parte da população relativamente às necessidades básicas dos animais de companhia, como os cuidados veterinários, a higiene ou o passeio. Estes programas devem incluir uma rede de voluntariado em que pessoas idosas se tornem família de acolhimento temporário de animais alojados no Centro de Recolha Oficial, assegurando o município as despesas inerentes à alimentação e aos cuidados veterinários dos animais.

- Assegurar a inclusão dos animais de companhia nos Planos Municipais contra a Violência Doméstica, quer no âmbito das acções de sensibilização e prevenção, quer permitindo o acesso dos animais aos espaços existentes, sejam de acolhimento temporário, apoio à vítima ou casas-abrigo. Quando não for possível a permanência do animal junto da vítima de violência, a autarquia deve providenciar o seu alojamento no Centro de Recolha Oficial.

Propomo-nos ainda:

- **Criar um selo de bem-estar animal a atribuir aos produtores de queijo do concelho, nomeadamente o Queijo de Azeitão, que cumpram um conjunto de critérios que visem o bem-estar dos animais cujo leite é usado.**
- Proibir a instalação de circos ou actividades similares com animais no concelho, bem como a instalação de recintos fixos, temporários ou improvisados destinados à realização de actividades tauromáquicas ou eventos afins no concelho.
- **Impedir qualquer tipo de apoio dos órgãos municipais** (subsídios, isenções, etc) **a actividades tauromáquicas ou afins, bem como a circos ou actividades similares com animais.**
- Trabalhar com o Parque Natural da Arrábida no sentido de **controlar eventuais excessos populacionais de javalis no concelho através da esterilização das javalinas**, e não através da promoção da caça, seguindo assim práticas compassivas comuns noutros países.
- Implementar uma rede de pombais contraceptivos, aliada à identificação/anihagem das aves, à substituição dos ovos, ao controlo de doenças e a uma alimentação adequada à espécie.
- Levar a cabo acções de informação e sensibilização dos munícipes que não estigmatizem os pombos, deixando de os referir como “pragas” ou de advertir incorrectamente quanto a eventuais doenças que não são sequer transmissíveis a humanos.
- **Promover a presença de aves nos espaços verdes da cidade**, através, por exemplo, da instalação de ninhos para chapins em zonas com pinheiros, para combater a processionária de forma natural.
- Possibilitar o acolhimento e tratamento de aves feridas no Centro de Recolha Oficial ou noutro equipamento municipal que venha a ser designado para o efeito.
- Em articulação com as autoridades marítimas, **minimizar os impactos da navegação fluvial e marítima na colónia de roazes-corvineiros do Sado**, importante símbolo do concelho.
- Promover, em parceria com instituições de ensino, investigação e protecção animal, estudos que permitam aumentar o conhecimento sobre os animais existentes no concelho.



Saúde

Não estamos isolados no mundo. Fazemos parte de um todo maior, de um ecossistema vivo, e as acções de cada parte afectam as restantes. Faz por isso sentido que a saúde seja encarada como um todo, pois, como defendem entidades como a Organização Mundial de Saúde, a UNICEF ou a FAO através do conceito “Um Mundo - Uma Só Saúde”, **há uma união indissociável entre a saúde humana, animal e ambiental.**

Como tal, o PAN considera essencial:

- Promover, em articulação com o Ministério, a disponibilização, nos centros de saúde, de:
 - Serviços de saúde oral, com a presença de dentistas;
 - Serviços de saúde mental, com as especialidades de psiquiatria e psicologia;
 - Terapias não convencionais.
- **Fomentar a produção local de alimentos de origem biológica**, através da aquisição dos mesmos para consumo nas cantinas e refeitórios do município, nomeadamente as das escolas.
- Fazer cumprir a legislação em vigor, garantido que os menus disponibilizados nas cantinas e refeitórios do município são nutricionalmente equilibrados, independentemente da dieta alimentar.
- **Pressionar para que o Hospital de São Bernardo volte a dar às mães a possibilidade de recorrer à água no trabalho de parto**, uma medida inovadora e respeitadora da liberdade de escolha dos futuros pais que, infelizmente, foi descontinuada há algum tempo.
- Promover campanhas de sensibilização no sentido de acabar com o preconceito da amamentação em público.

- **Instalar medidores de ultravioleta** nas praias, zonas ribeirinhas, piscinas municipais e grandes jardins e parques urbanos, promovendo uma maior consciencialização das populações para os perigos da exposição solar nos períodos com elevados níveis de radiação ultravioleta.
- Disponibilizar online os dados recolhidos no âmbito do Plano de Ação de Ruído, para um eficaz acompanhamento do mesmo pela população.

Defendemos igualmente a **criação de um Hospital Público Veterinário** associado ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia, o que implicará uma transformação da infra-estrutura actual e o eventual reforço dos serviços municipais de veterinária, entre outras medidas na área da [Protecção, Saúde e Bem-Estar Animal](#).

Além disso, e porque [análises a grupos de voluntários](#) mostraram que os níveis de contaminação por glifosato em Portugal são bastante superiores aos de outros países, consideramos fulcral que **Setúbal adira à campanha Autarquias Sem Glifosato**, promovida pela Quercus e pela Plataforma Transgénicos Fora.



Transparência e participação cívica

Cada vez mais cidadãos procuram informar-se acerca da vida autárquica nos sites dos municípios, mas estes nem sempre contêm toda a informação que deveriam conter e/ou são de navegação difícil. Na análise que fez aos sites de todos os municípios de Portugal, a Transparência e Integridade - Associação Cívica colocou Setúbal no 258.º lugar do seu [Índice de Transparência Municipal de 2016](#), a autarquia com pior classificação em todo o distrito.

Assim, o PAN defende que:

- O funcionamento dos órgãos do município e das respectivas freguesias tem de ser mais transparente, de modo a facilitar uma democracia mais participativa. Para tal, propomos que **os sites autárquicos disponibilizem toda a informação institucional relevante**, nomeadamente: regulamentos municipais em vigor; calendarização das

reuniões; documentos que irão ser submetidos a deliberação aos órgãos municipais e às freguesias e respectivas votações; actas das reuniões; e pareceres referentes às propostas. Os órgãos do município e as freguesias deverão também disponibilizar a inscrição online da população para participação e intervenção nas reuniões públicas.

Ainda no campo da transparência, e cientes de que os **Orçamentos Participativos aproximam os cidadãos das políticas locais**, dando-lhes a hipótese de propor e decidir sobre projectos a aplicar, propomos que:

- Seja criado um orçamento participativo municipal;
- Seja criado um orçamento participativo jovem, ligado a todas as escolas do concelho, com verbas próprias, promovendo a participação e a cidadania desde a mais tenra idade;
- Os projectos vencedores fiquem, desde logo, com os prazos de execução estabelecidos, devendo pelo menos uma das pessoas proponentes iniciais fazer parte da comissão de acompanhamento do projecto;
- Os projectos vencedores não sejam disfarçados de políticas já previstas pelo executivo, ficando claro em cada projecto que a origem foi uma proposta vencedora de um orçamento participativo;
- Todo o processo seja transparente com as várias fases difundidas, através de site próprio criado para o efeito, atualizado no mínimo mensalmente.